

Do insulamento ao Brexit: Raízes do Ceticismo Britânico na união da Europa

From insulation to Brexit: The roots of British Skepticism in the union of Europe

Yasmin Sande Renni
Romário de Jesus Santos

Vínculo Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo:

Este texto visa analisar os motivos que levaram à decisão popular pela saída do Reino Unido da União Europeia (UE), por meio de um plebiscito, no dia 23 de junho de 2016. Considerando fatores geográficos, históricos, de identidade nacional e econômicos, buscamos encontrar uma resposta para o ceticismo britânico na união com a Europa continental. Primeiramente, pesamos as questões pertinentes ao comportamento histórico britânico em relação aos seus pares europeus – sempre marcado por um peculiar insulamento –, desde a formação do país enquanto Estado-nação, passando pela ascensão hegemônica no século XIX, até as primeiras tentativas de entrada na então Comunidade Econômica Europeia (CEE) nos anos 1960. Posteriormente, elencamos os fatores relacionados à entrada do Reino Unido na CEE, na década de 1970, a relação conturbada com os sucessivos governos britânicos desde então, além dos fatores que culminaram com o *Brexit* e as possíveis implicações da atitude para o Reino Unido. Conclui-se que o euroceticismo britânico é uma soma de fatores históricos, identitários e econômicos, resultando numa improvável, até a divulgação do resultado final do plebiscito, saída britânica da UE.

Palavras-chaves:

Reino Unido; União Europeia; Ceticismo; Brexit.

Abstract:

This work's main goal is to analyze the reasons that led to the United Kingdom's (UK) popular voting to exit the European Union (EU), with a *referendum* held on June 23rd 2016. Considering the geographical, historical, economic and national identity factors, we aim to search for answers to the British skepticism in the union with continental Europe. Firstly, we examine the questions related to the British historical behavior towards its European equals – always marked by a peculiar insulated behavior –, since the country's building as a nation-State, going through the hegemonic rise in the 19th century to the first attempts to enter the so called European Economic Community (EEC) in the 1960s. Later we specify the factors related to the UK's entry in the EEC in the 1970s, the troubled relationship with the successive British governments ever since, besides the drivers that culminated in the Brexit and the possible consequences of this attitude to the UK. We reach the conclusion that British Euroscepticism is the summation of historical, identity and economic factors resulting in an unlikely British exit of the EU – until the disclosure of the *referendum's* final result.

Keywords:

United Kingdom; European Union; Skepticism; Brexit.

1 Introdução

O Reino Unido sempre se mostrou como um dos membros mais eurocéticos da União Europeia (UE). A relação do país com o bloco foi desde seu início permeada por um apoio intermitente e com ressalvas ao projeto de integração do continente europeu. Nesse sentido, e tendo em vista os acontecimentos recentes quanto ao movimento pela saída do país do bloco (*Brexit*), surge o questionamento sobre as razões que fundamentariam tal ceticismo histórico do Reino Unido na Europa e na UE.

Este trabalho tem por objetivo analisar as razões que explicam o surgimento e o desenvolvimento da postura eurocética do Reino Unido. Busca-se, na história e na geografia, acontecimentos que auxiliem no esclarecimento desses condicionantes, assim como na formação dessa identidade distinta que têm os britânicos com relação aos outros países da Europa continental. Adicionalmente, tenta-se compreender como se deram os desdobramentos políticos que levaram à realização de um referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE e levantar os principais pontos dos debates envolvendo o *Brexit*¹. Algumas extrapolações são feitas sobre possíveis impactos da saída do país do bloco europeu a partir de estudos e relatórios recentes sobre o tema.

Além dos estudos realizados recentemente em virtude do *boom* do *Brexit*, o trabalho tem como base uma breve revisão bibliográfica para a análise histórica dos fatores que originaram o ceticismo britânico em relação à parte continental da Europa. O texto encontra-se organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, é feita uma discussão sobre as razões do distanciamento do Reino Unido com relação à Europa continental, o que levou à criação de uma imagem de “nós e

eles” e à não-identificação da população britânica no geral como um “europeu” também. Em seguida é analisado o histórico das relações entre o Reino Unido e a UE, a partir de sua entrada no bloco, conforme o posicionamento do partido político no poder (maior ou menor apoio, oposição), para então elencar os principais pontos do debate sobre o *Brexit*. Busca-se avaliar as questões mais debatidas (comércio, regulamentação, *performance* econômica, migração, constituição britânica), desmistificando algumas percepções populares e pontuando algumas previsões de estudos recentes sobre o futuro próximo.

2 Nós e Eles: Por que não Europa?

No desenvolvimento das relações entre Estados, a visão que se tem do outro é, por vezes, o fator determinante do comportamento de um país no âmbito internacional. O estrangeiro representa a diferença, mas não toda a diferença e nem sempre as mesmas diferenças. As diferenças provêm da ideia de *raça*, da *língua*, ainda que muitos Estados-nacionais sejam políglotas, assim como a *longa sequência de “acazos da história”* – sucessões, guerras, movimentos de populações e de trocas que fixaram fronteiras – cria também a diferença (DUROSELLE, 2000).

Quando analisamos o conceito de *interesse nacional* e a ideia que os homens de Estado fazem dele, por exemplo, o que se percebe são apreciações feitas com base na percepção e representação que os decisores (e em maior grau a opinião pública, menos informada e mais efetiva) faz da identidade de seus pares mais que da natureza dos problemas que seus Estados devem resolver. Nas relações entre os Estados, estas representações se fundamentam e se expressam mais facilmente por meio de “*clichés*” e de

¹ Vale ressaltar que se entende por *Brexit* a perspectiva de saída do Reino Unido da União Europeia a partir da votação popular, via referendo, de maioria favorável à saída da UE. O

processo de saída da União inicia-se apenas quando acionado o artigo 50 do Tratado da União Europeia (PARLAMENTO EUROPEU, 2017).

“estereótipos” nos quais se coagulam os resíduos da memória coletiva e das pulsões afetivas (MERLE, 1981).

Geralmente, a língua, a história comum, a religião, as formas de organização social e política darão margem para que um povo desenvolva o sentimento de pertencimento a um determinado local e a uma determinada cultura. As características mencionadas formam um arcabouço no qual um povo se verá como singular. Semelhanças com outros povos existirão, mas a ideia do *único* prevalecerá, sobretudo quando os interesses nacionais estão em jogo.

Quando analisamos a literatura sobre regiões e regionalismo, aspectos similares costumam aparecer. Contudo, as referências dizem respeito a similaridades socioculturais, valores compartilhados e uma identidade comum de Estados independentes que se encontram geograficamente próximos, e que veem no regionalismo uma maneira de cooperar formalmente no contexto regional (ACHARYA, 2012; FAWCETT, 2008). Não obstante, o regionalismo parece, mesmo servindo à cooperação internacional, recrudescer o sentimento de singularidade, abrindo caminho para um forte nacionalismo que gera desconfiança e ceticismo na união entre países de uma mesma região.

O exemplo mais claro de nosso argumento é o do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (doravante Reino Unido), principalmente na figura do mais importante de seus integrantes, a Inglaterra. A descrença do Reino Unido na união da Europa rendeu-lhe a alcunha de eurocético. Na década de 1960, o general e então Presidente francês, Charles de Gaulle, afirmaria que:

“A Inglaterra é insular, marítima e está ligada através do comércio, dos seus mercados e de suas linhas de suprimento aos mais diversos e distantes países; ela persegue essencialmente atividades industriais e comerciais, e simplesmente despreza a agricultura. Ela tem em todos os seus

empreendimentos, hábitos e tradições bem marcantes e originais” (DE GAULLE, 1963).

Nesse sentido, de onde vem o ceticismo britânico na Europa unida? Até a primeira metade do século XVI, o Reino Unido era um Estado centralizado e relativamente homogêneo, não obstante o fato de ser uma potência marginal no contexto político-estratégico da Europa, que se mantinha longe dos conflitos continentais e garantia sua segurança graças a sua insularidade. Defensivamente era um Estado capaz, com alguns fortes modernos, artilharia, estaleiros, uma considerável indústria de armamentos e uma marinha bem equipada. Ainda assim, era militarmente atrasado no que tange à qualidade de seu exército, e suas finanças não podiam sustentar guerras em larga escala. Nos séculos seguintes, graças ao crescimento do comércio interno e ultramarino, além dos lucros das colônias e da navegação, o país começou a se beneficiar de uma sólida base econômica à qual os governos de Londres podiam recorrer, em caso de guerra. Ao desenvolver uma eficiente economia de mercado, o Reino Unido conseguiu o raro feito de combinar um padrão de vida ascendente com uma população crescente (KENNEDY, 1989).

A proeminência indiscutível do Reino Unido nas relações internacionais do século XIX, tanto na dimensão das relações intraeuropeias quanto em nível global, é o resultado de uma longa transformação no perfil social, político e econômico daquele país. O país que se tornou o epicentro da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, e na primeira do século XIX foi o dínamo de expansão do liberalismo econômico, transformando-se em uma “potência diferente” (LESSA, 2011, p. 57).

Mesmo tendo participado das alianças vitoriosas nas duas guerras mundiais, o Reino Unido já era um poder declinante no final do século XIX e perderia o prestígio mundial no início do XX, quando é alcançado pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Desde então, no que concerne à política mundial, o Reino Unido vê-se diante do enorme

problema que representa a discrepância entre a presunção de seu poderio político e sua força efetiva (PFETSCH, 2001). Dito isso, defendemos que a visão britânica de si mesma, apesar de estar geograficamente situada na Europa, responde a três fatores que a particularizam em relação aos demais países no cenário europeu: o *insulamento*, o *forte senso de identidade* e os *valores econômicos*.

O Reino Unido é um grande arquipélago com duas ilhas principais. Na maior delas estão Inglaterra, Escócia e País de Gales; na segunda maior encontram-se Irlanda do Norte e a República da Irlanda – Estado independente do Reino Unido. Ainda que eternamente alterada pelo Túnel sob o Canal da Mancha, a localização da Bretanha como uma ilha adjacente à Europa é significativa. Historicamente, a localização das ilhas britânicas as tornaram menos suscetíveis a invasões e conquistas que suas contrapartes continentais, o que deu ao país um senso de segurança. A separação geográfica do continente europeu fez com que muitos bretões desenvolvessem um sentimento de que eles são, ao mesmo tempo, parte e não parte da Europa, um fator que tem complicado as relações do Reino Unido com seus pares europeus (KRIEGER, 2009).

Esse distanciamento geográfico levou a um distanciamento identitário, fazendo com que os britânicos se identifiquem mais como pertencentes à sua ilha que à Europa. Não obstante, a percepção identitária dos britânicos começa muito antes de se pensar na Europa como um “espelho”. O Reino Unido é uma confluência de nacionalidades, ou seja, ingleses, escoceses, galeses e irlandeses, que não necessariamente estão de pleno acordo com o estado da situação. Existem demandas de partidos nacionalistas na Escócia, no País de Gales e na Irlanda do Norte, o que nos leva a deduzir que as relações dentro do Reino Unido não são das mais fáceis, nem estáticas.

Uma pesquisa realizada em 2004 pelo British Social Attitudes Survey (2004 *apud* ROSE, 2010) indicou que as identidades no Reino Unido variam de acordo com a

nacionalidade e que os ingleses são os que mais se identificam como britânicos. Dos entrevistados ingleses, 51% se identificam como sendo britânicos e 38% como ingleses. Contudo, a ordem se inverte quando observamos os dados pertinentes às outras nações do Reino Unido. Por exemplo, 75% dos escoceses se definem como pertencentes primeiramente a esta nacionalidade, para depois, com 19%, se definirem como britânicos. Não muito diferente são os galeses, que com 60% do total se identificam primeiro com o País de Gales, para depois, com 27%, falarem que são britânicos. Já os irlandeses do Norte, surpreendentemente, se definem em 47% como britânicos, e em 27% como irlandeses.

Quanto à percepção britânica de ser ou não europeu, dados do Eurobarômetro de 2013, isto é, um ano antes das eleições para o Parlamento Europeu, indicavam que 60% dos britânicos se identificavam como “somente britânico”. De outra parte, 33% se identificavam como “nacional e europeu”. Portanto, as questões inerentes ao forte senso de identidade nacional e britânico dos países que conformam o Reino Unido desempenham um papel pivotal nas suas relações com a Europa. E quanto aos aspectos políticos e econômicos?

A percepção britânica dos problemas ligados às demandas nacionais, do senso de identidade que cada ente do reino possui e das implicações que os acordos internacionais trazem, levaram o Reino Unido a olhar e a aderir com ressalvas compromissos com a Europa continental. Pfetsch (2001), por exemplo, afirma que o Reino Unido trabalhou ao longo do século XX com a ideia de esferas de interesses, em três instâncias distintas, a saber: a relação privilegiada com os Estados Unidos, a proximidade com os países da Commonwealth e as relações com os países da Europa continental. Entretanto, a mudança de posição em relação à Europa se dá como uma “política de último recurso”, uma vez que ela surge num contexto de descolonização e do receio britânico de ter perdas no comércio exterior, especialmente na própria Commonwealth.

Porém, como se deram e quais foram os principais pontos da relação do Reino Unido com a UE nas quatro décadas em que o país ali permaneceu?

3 Uma ponte aberta sobre o Canal da Mancha: O Reino Unido na UE

O Reino Unido teve sua candidatura à então Comunidade Europeia barrada em duas oportunidades, em 1963 e 1967, sendo a França de Charles de Gaulle a principal responsável por isso. Sem embargo, existe o entendimento de que a adesão britânica sinaliza uma clara redução de seu poder internacional e sua habilidade para controlar os desenvolvimentos globais e regionais. Nesse sentido, muitos britânicos mostram-se céticos na integração política e econômica com a Europa, sentindo-se pouco à vontade com a perda de soberania resultante do fato de ser o Reino Unido um membro da UE (KRIEGER, 2009).

A trajetória britânica dentro da UE é marcada, dentre outros pontos, pela recusa em aderir a certos acordos em sua totalidade, valendo-se do mecanismo de *opt-out*. O mecanismo de *opt-out* é um protocolo anexado sempre que um novo acordo é assinado no seio da UE, que dá isenção dentro de um campo político comum a um Estado-membro no fim das negociações intergovernamentais. O *opt-out* entra em vigor junto com o tratado e é válido por um período de tempo indeterminado (SION, 2004). O Reino Unido não aderiu ao espaço de Schengen e, sobretudo, à moeda comum europeia, o Euro.

É sob o governo do conservador Edward Heath (1970-1974) que finalmente se dá o processo de entrada do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Entusiasta do projeto de integração europeu como forma de revitalizar a importância do Reino Unido na política europeia e trazer benefícios econômicos, Heath fora influenciado pelo discurso

de Churchill sobre os “Estados Unidos da Europa” (GIFFORD, 2008). No governo trabalhista de Harold Wilson (1974-1976) apareceram os primeiros sinais de divergências de visões sobre a Europa, que conduziram à chamada “renegociação” dos termos da entrada do Reino Unido na Comunidade (PALMER, 2014). Para Greenwood (1992 *apud* GIFFORD, 2008), as renegociações foram embaraçosas para o governo britânico, pois não indicaram uma revisão do Tratado de Roma ou do Tratado de Ascensão², ou seja, não garantiriam os melhores termos almejados pelo Reino Unido. Em 1975 foi realizado o referendo sobre a entrada na CEE. Gifford (2008, p.63) ressalta que já nesse momento a Europa era vista tanto pela esquerda quanto pela direita como “o outro”, em uma oposição à liberdade e à identidade nacional britânica, mas era também uma forma de fortalecer o sistema britânico e construir no imaginário da população a ideia de comunidade do Reino Unido.

O “sim” pela entrada na CEE ganhou no referendo, porém no final da década de 1970 o país vivenciou uma contração econômica, com aumento da inflação, do déficit comercial e do desemprego (GIFFORD, 2008). O contexto interno contribuiu para o declínio do “européismo” e a importância da CEE foi questionada. O governo de Margareth Thatcher (1979-1990) desafiou drasticamente a ideia de modernização conservadora que permeava as relações do Reino Unido com a CEE. Sua visão neoliberal conflitava com algumas resoluções da CEE, sendo o tema de embate mais marcante a questão da contribuição britânica para o orçamento europeu.

Sucessor de Thatcher, em seu governo John Major (1990-1997) pôde apenas adotar posições contraditórias e instáveis com relação à integração europeia, resultando em uma crise continental para o Estado britânico. Esse

² Nome dado ao acordo de entrada de um novo membro na União Europeia.

desempenho fraco influenciou nas eleições seguintes, levando à eleição do Partido Trabalhista em 1997.

O discurso do Partido Trabalhista voltava-se para as dimensões de operacionalização da integração. Os primeiros-ministros Blair e Brown adotavam como estratégia a visão da UE como organização que poderia trazer benefícios³ para o Reino Unido, como um esboço do corpo intergovernamental necessário para enfrentar as mudanças advindas da globalização. No governo Trabalhista de Blair, a visão da população e da elite sobre a UE era mais neutra que pró-europeia, mas com as discussões do Tratado de Nice o euroceticismo ganhou mais espaço novamente e o discurso implementado de se aceitar a importância do bloco para os interesses econômicos do Reino Unido fora esvaziado.

O fato de a economia britânica depender prioritariamente de atividades financeiras e comerciais, mais que da produção de manufaturas, motivava a percepção de que um aprofundamento nas relações com a UE e sua regulação seria prejudicial para o país (GIFFORD, 2008; KRUMHALOVA, 2014). Contudo, o primeiro ministro voltou suas prioridades para as questões domésticas, deixando as não menos complexas questões europeias de lado. Segundo Krumhalova (2014, p.35), a incapacidade de Blair como liderança em realizar um referendo sobre a moeda única foi uma tentativa de despolitizar a questão que, para Daddow (2011 *apud* KRUMHALOVA, 2014), levou ao fim da carreira de Blair como primeiro-ministro.

A questão do Euro, somada à história problemática sobre o orçamento europeu e às diversas críticas que o governo trabalhista sofrera da oposição, instigaram a operacionalização das visões eurocéticas, em especial sua dimensão econômica. Krumhalova (2014) aponta que as pesquisas de opinião pública do Eurobarômetro no período de Blair indicavam o Reino Unido como um dos membros mais

eurocéticos da UE. O fracasso dos governos trabalhistas de Blair e Brown em aproximar a opinião pública do projeto europeu abriu espaço para a ampliação das tendências eurocéticas e seu uso nas campanhas eleitorais consecutivas.

Assim, nas eleições de 2010, o Partido Conservador ficou em primeiro lugar com 35% dos votos, o que não atingia a maioria necessária na Casa dos Comuns. O terceiro partido da cena política britânica, os Liberais Democratas, aceitaram formar um governo de coalisão com os Conservadores (KRUMHALOVA, 2014). Para governar, as duas partes tiveram que chegar a um senso comum sobre as questões relacionadas à UE – os Liberais Democratas eram um partido mais pró-europeu do que os Conservadores. De acordo com Lynch (2011):

“O Programa de Governo de Coalisão (Coalition Government Programme) elaborado não diferiu muito dos últimos governos no que tange aos temas da União. Foram mantidos o desejo de defender o interesse nacional; apoiar o Mercado Único e futuros alargamentos; questionar a Política Agrícola Comum (PAC) e o orçamento europeu e propor reformas em ambos; e também constava o intuito de discutir as propostas sobre política social, justiça criminal e defesa da UE” (LYNCH, 2011, p. 221).

Em um discurso sobre o pertencimento do Reino Unido à UE, Cameron (2013 *apud* KRUMHALOVA, 2014) abriu margem para um debate sobre a possibilidade de deixar o bloco europeu ao elaborar uma agenda de reformas para a UE, condicional à permanência do país no bloco. Os três principais desafios apontados por Cameron consistiam nos problemas da zona do Euro e a necessidade de salvaguardas especiais; a crise de competitividade europeia em comparação com o resto do mundo, que tende a se agravar

³ Benefícios como recuperação das crises industrial, econômica e social (KRUMHALOVA, 2014).

nas próximas décadas; e o déficit democrático na UE, que seria particularmente sentido pelo Reino Unido.

Em função das pressões domésticas, advindas de *lobby* militante eurocético do próprio Partido Conservador, Cameron prometeu que faria o referendo caso o Partido Conservador ganhasse por maioria nas eleições gerais seguintes. O impacto entre os conservadores foi positivo, ao ponto de um projeto de lei ser criado com o planejamento de um referendo até o final de 2017 com o questionamento sobre a permanência do Reino Unido na UE (KRUHMALOVA, 2014; PALMER, 2014).

Outro grupo de pressão doméstica era composto pelos populistas de direita, cuja representação partidária cresceu significativamente desde os anos 1990. O mais influente desses partidos no que concerne às questões europeias é o United Kingdom Independence Party (UKIP), criado em oposição a uma maior união política e econômica possível com o Tratado de Maastricht (KRUHMALOVA, 2014). Com sua pauta voltada especialmente para a UE, nas eleições para o Parlamento Europeu (PE) em 2009 o UKIP conquistou 13 assentos, e em 2014 sua representação cresceu para 22 membros no PE. Mas, por que *Brexit*?

4 Reino Unido nós permanecemos: Por que *Brexit*?

Em 23 de junho de 2016, a população do Reino Unido votou pela saída da UE. A questão identitária tem um peso importante no movimento de saída do Reino Unido da União Europeia conhecido como *Brexit*. As origens, a história e a geografia deste Estado levaram a uma percepção da Comunidade Europeia como “o outro” dos britânicos. Somado a isso, a divisão partidária quanto ao apoio à entrada do Reino Unido na Comunidade fez com que cada vez mais os temas sobre a UE se tornassem “batalhas em que projetos políticos nacionais fossem contestados” (GIFFORD, 2008, p.60).

Com uma postura sempre pendente à maior liberalização comercial no continente europeu, através da livre circulação de capitais, mercadorias e serviços – mas ironicamente não de pessoas (vide Schengen) –, ciosa da condição estratégica dos serviços financeiros prestados por Londres, recalcitrante aos apelos de mais união na Europa, o Reino Unido e seus sucessivos governos, principalmente a partir do de Margareth Thatcher, sempre mantiveram a postura de ser e estar na UE quando fosse oportuno, mas abandoná-la quando se visse contrariado em qualquer um de seus interesses. A política do “um pé dentro e outro fora” ou “os dois fora” somada ao insulamento, às questões de identidade, à difícil administração dos nacionalismos internos e o crescimento da extrema-direita eurocética levaram a um desfecho da relação Reino Unido/UE que poucos acreditavam que pudesse acontecer.

Com a reeleição de Cameron e a concretização do agendamento do referendo, o debate sobre o *Brexit* se intensificou, sendo os principais elementos as questões de comércio, regulação e performance econômica, imigração, a constituição britânica e a influência britânica no cenário continental. Essas são questões inter-relacionadas ligadas tanto ao contexto político e econômico interno, quanto externo.

Além das relações com a política interna do Reino Unido ao longo dos mais de 40 anos de envolvimento com o projeto de integração europeu, as questões da UE têm desdobramentos nas relações entre as nações pertencentes ao Reino Unido. A visão da Escócia sobre a UE difere daquela da Inglaterra, sendo mais positiva. Uma divergência de resultados no referendo entre a posição da Escócia e o resultado final poderia enfraquecer a união desta nação com o Reino Unido e ocasionar movimentações visando a um novo referendo de independência (TRAVERS, 2016). Já para o País de Gales a UE apresenta grande importância econômica: muitas empresas galesas exportam para a UE e, em contrapartida, muitas empresas europeias têm escritórios no País de Gales; ademais a região tem um histórico de

beneficiamento dos fundos regionais, agrícolas e estruturais da UE. A Irlanda do Norte conta com uma questão adicional referente a fronteira e uma apreensão maior quanto às consequências de uma saída da UE.

Adicionalmente, o pertencimento ao bloco europeu descentraliza certas tomadas de decisão: existem decisões a nível local, central (tomadas em Whitehall) e regional (vindas de Bruxelas). O Reino Unido tenta há anos desenvolver novos e melhores *links* constitucionais com seus países constituintes e a Inglaterra. Como os países constituintes têm poder para mudar o acordo constitucional, grandes divergências de resultado no referendo podem resultar em contestações e novas questões constitucionais internas (TRAVERS, 2016).

No que tange ao comércio, a UE é o principal parceiro econômico do Reino Unido, respondendo por cerca de metade do comércio do reino e suas exportações para o bloco correspondem a quase 15% do produto interno bruto (PIB) do Reino Unido (DHINGRA ET AL., 2015). Naturalmente, a saída da UE e, conseqüentemente, do mercado único associado à área de livre comércio, levaria a uma redução do fluxo de comércio entre as partes, assim como um provável aumento nos custos diretos desse comércio em função da reintrodução tanto de barreiras tarifárias como não tarifárias. Somado a isso, encontra-se ainda um custo subjacente às negociações dos tratados de livre comércio da UE com os Estados Unidos e com o Japão (OTTAVIANO ET AL., 2014). Juntos, esses custos seriam significativos para o Reino Unido, que teria que negociar novos termos de comércio não apenas com os membros da UE, mas também com países terceiros com os quais fazia negócios sob as diretrizes do bloco e teria seu poder de barganha reduzido ao negociar sozinho, ou seja, fora da UE (DHINGRA ET AL., 2016a).

A negociação de novos acordos de comércio possivelmente implicaria em diversas regras, protocolos e regulamentos que associações requerem, o que poderia colocar o Reino Unido em situações delicadas para manter seu *status* comercial para com a UE e o mundo. Um cenário mais

pessimista seria de um aumento do protecionismo após o *Brexit*. As incertezas que cercam o relacionamento do Reino Unido com a UE certamente afetam ambas as partes. Contudo, para o Reino Unido enquanto país, os impactos na taxa de câmbio, fluxos de investimento e mercados financeiros internacionais podem ser prejudiciais no curto e mesmo no longo prazo. De acordo com relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (em inglês, Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD) (2016, p. 24), o Reino Unido é o destino mais atrativo para investimento direto da UE, mas em parte devido ao acesso ao mercado interno do bloco – vantagem esta que deixaria de existir com a saída do mercado único, podendo haver um redirecionamento de parte desses fluxos para outros países da UE.

Com relação às questões econômicas, a motivação para o *Brexit* consiste prioritariamente no desejo do Reino Unido em adotar medidas mais neoliberais no que tange a políticas de livre mercado e desregulamentação (HARVEY E HUBBARD, 2016). A questão da redução da regulamentação é interpretada como um dos grandes pontos positivos da saída da UE, sobretudo nas áreas bancária e financeira. Contudo, as consequências da saída em termos de regulação abrangem também outros segmentos importantes, como o energético e o trabalhista. De acordo com estimativas do relatório do Open Europe (*apud* HARVEY E HUBBARD, 2016, p. 6), com base na avaliação de custos do governo em regulação, as cem regulações mais custosas gerariam um custo direto na economia britânica de £33,3 bilhões por ano. Ademais, ainda de acordo com o relatório, a maior parte desses custos não poderia ser mitigada caso o Reino Unido decidisse aderir ao Espaço Econômico Europeu (EEE) após a concretização do *Brexit*: 93 das 100 regulamentações continuariam sendo válidas.

Além disso, existe uma percepção da opinião pública de que o país é um contribuinte líquido do orçamento europeu, sem grandes contrapartidas, embora Harvey e Hubbard (2016, p. 4-5) demonstrem que de acordo com

pesquisas da Confederação da Indústria Britânica o benefício líquido para o Reino Unido de fazer parte da UE seria de cerca de 4-5% de seu PIB. Outro estudo, em uma análise contra factual, indica que a adesão à UE impulsionou as rendas no país em 25% desde sua entrada, estando o Reino Unido em uma situação melhor como membro da UE do que estaria fora dela (THE ECONOMIST, 2014).

Em termos macroeconômicos parece existir um consenso de que os custos do *Brexit* superariam os ganhos, com extensos danos na economia (OTTAVIANO ET AL., 2014; DHINGRA ET AL., 2016a; DHINGRA ET AL., 2016b; PWC, 2016; HM GOVERNMENT, 2016; OECD ECONOMICS, 2016). Ademais, Dhingra et al. (2016a) estimam que no longo prazo o fluxo reduzido de comércio poderia levar a um crescimento mais lento da produtividade, o que resultaria, no cenário mais pessimista, em uma perda comparável ao declínio do PIB do país durante a crise de 2008.

O impacto da imigração no país é também um dos temas na pauta do *Brexit*. Entre 1995 e 2015, o número de imigrantes de outros países da UE no Reino Unido passou de 0,9 milhões para 3,3 milhões; a parcela da população originária da UE cresceu de 1,5% para 5,3% do total, e de 1,8% para 6,3% da população em idade ativa (entre 16 e 64 anos) (WADSWORTH ET AL., 2016). Esse crescimento se acentuou após a entrada dos países do Leste Europeu no bloco em 2004.

A questão migratória é um dos argumentos fortes da campanha pela saída, criando uma imagem no cidadão comum de que fora da UE o Reino Unido poderia ter maior controle sobre o fluxo de imigrantes oriundos da UE (WADSWORTH ET AL., 2016; OECD, 2016; CURTICE, 2016), o que teria um impacto positivo em termos de emprego e renda. Contudo, Wadsworth et al. (2016) evidenciam que as regiões do Reino Unido com grandes aumentos na imigração

da UE não apresentaram quedas significativas em termos de emprego e remuneração para os britânicos. Na realidade, a piora nos salários pode ser associada à crise financeira global de 2008 e em sua difícil recuperação.

Também parece que o efeito da imigração nas desigualdades pela redução de salário e oferta de emprego para empregos de base não foi significativo. O estudo demonstra ainda que não há um impacto negativo na provisão de serviços públicos em função da imigração (WADSWORTH ET AL., 2016, p. 13). Por outro lado, esses imigrantes que se instalam no Reino Unido consomem bens e serviços, aumentando a demanda destes, o que por sua vez influencia positivamente na geração de emprego, principalmente em momentos de recuperação econômica⁴. Ademais, a saída da UE não afetaria a imigração de nacionais no bloco caso o Reino Unido deseje permanecer como membro do EEE ou voltasse a integrar a Associação Europeia de Livre Comércio (European Free Trade Association, abreviado EFTA).

As razões para o porquê do *Brexit* têm raízes que antecedem mesmo a entrada do Reino Unido no bloco europeu. O processo histórico de distanciamento deste país com seus pares continentais em uma postura de “nós e eles” deu origem ao euroceticismo atual, combinado com uma mistura de fatores que, pode-se perceber, não são exatamente consequências da adesão à UE. Por se tratar de um conjunto de nações o próprio Reino Unido conta com problemáticas internas parecidas, em menor grau, com aquelas da UE. As mudanças advindas da globalização e o impacto da crise de 2008 afetaram a percepção da opinião pública sobre o bloco europeu, porém os diversos estudos comprovam que o papel de vilão dado à UE é em grande parte injusto.

⁴ É extensa a literatura sobre crescimento puxado pela demanda, com nomes como John Maynard Keynes (1936) e Michal Kalecki (1954). A ideia é que um aumento na demanda

agregada terminará por gerar um aumento na oferta total no longo prazo.

5 Considerações Finais

Tendo em vista a recente votação, via plebiscito, para a saída do Reino Unido da UE, o presente texto propôs-se a buscar na história os fatores que levaram o país insular a tal decisão. Verificamos que as razões britânicas são multifacetadas, obedecendo a motivações de cunho geográfico, que, por sua vez, implicaram numa sensação de segurança e singularidade nacional em relação ao continente europeu; a razões de caráter histórico, dada a rápida e adiantada industrialização do país, o que lhe permitiu progredir econômica e defensivamente em relação aos seus pares continentais e que garantiu sua hegemonia mundial no século XIX; além da visão única no que diz respeito ao comércio e à economia, ou seja, sob a égide dos valores liberais.

O euroceticismo britânico, portanto, não nasce depois da entrada do país na UE, ele é a junção de elementos que sempre permearam o modo britânico de lidar com as outras potências europeias, assim como da autopercepção que os nacionais daquele país têm de si próprios e de como devem ser as relações com a Europa continental. Talvez o mesmo argumento possa ser utilizado para justificar uma possível atitude similar de, por exemplo, França, Alemanha ou qualquer outro Estado-nação, isto é, o apelo à singularidade nacional de cada um. Sem embargo, as fronteiras de uma ilha não são como as fronteiras dos vizinhos do continente, o que lhe permitiu resguardar, e muito, sua identidade, mesmo com demandas nacionais sempre presentes dentro do Reino Unido.

Ademais, mesmo que os ideais liberais tanto na política quanto na economia sejam contribuições britânicas para o mundo moderno, o Reino Unido nunca se mostrou disposto a integrar-se e entregar-se a uma instituição como a UE, uma vez que são amplamente conhecidas as dificuldades e resultados de se administrar demandas nacionais e estar vinculado a rígidos acordos. A forte rejeição à UE por parte da extrema-direita britânica, a crise financeira mundial que tem desdobramentos até os dias atuais, os clamores pelo endurecimento das políticas migratórias em todo o continente, e os erros das sucessivas administrações britânicas desaguaram no *Brexit*, a votação popular pela saída do Reino Unido da UE. A percepção pública desta decisão é conhecida, porém se de fato ocorrerão as mudanças e melhorias esperadas pela população ainda é uma incógnita. Afinal, saindo ou não da UE, o Reino Unido não tem como sair da Europa.

De todo modo, o processo de saída do Reino Unido da União Europeia se inicia em 2017, processo este que será longo e com desdobramentos de médio e longo prazo para ambas as partes. Em 16 de março de 2017, a rainha Elizabeth II assinou o ato real que autoriza à atual primeira-ministra britânica, Theresa May, iniciar as negociações para a saída do Reino Unido da União Europeia, invocando o dispositivo legal contido no art. 50^o do Tratado de Lisboa (PARLAMENTO EUROPEU, 2017).

⁵ De acordo com a previsão legal, em termos práticos, isso significa que: 1) Qualquer Estado-Membro pode decidir, em conformidade com as respectivas normas constitucionais, retirar-se da União; 2) Qualquer Estado-Membro que decida retirar-se da União notifica a sua intenção ao Conselho Europeu. Em função das orientações do Conselho Europeu, a União negocia e celebra com esse Estado um acordo que

estabeleça as condições da sua saída, tendo em conta o quadro das suas futuras relações com a União. Esse acordo é negociado nos termos do n.º 3 do artigo 218.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O acordo é celebrado em nome da União pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, após aprovação do Parlamento Europeu.

BIBLIOGRAFIA

ACHARYA, A. (2012) *Ideas, norms, and regional orders*. In: Paul, T.V. (ed.), *International Relations Theory and Regional Transformation (2012)* Cambridge, Cambridge University Press, pp.183-209.

"Conferência de Imprensa dada pelo General Charles De Gaulle em 14 de Janeiro de 1963." (Online). Disponível em: <<http://www.fransamaltingvongeousau.com/documents/cw/CH2/7.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

CURTICE, J. (2016). "The Two Poles of the Referendum Debate: Immigration and the Economy." (Online) *What UK Thinks EU, Analysis Paper 04*. London, NatCen Social Research. Disponível em: <<http://whatukthinks.org/eu/wp-content/uploads/2016/01/Analysis-paper-4-The-two-poles-of-the-referendum-debate.pdf>> (acesso em 01 out. 2016).

DHRINGRA, S., OTTAVIANO, G. and SAMPSON, T. (2015) "Should We Stay or Should We Go? The Economic Consequences of Leaving the EU." (Online) *CEP Policy Analysis*, London School of Economics and Political Science (LSE). Disponível em: <<http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/EAo22.pdf>> (acesso em 13 ago. 2016).

DHINGRA, S., OTTAVIANO, G., SAMPSON, T. and VAN REENEN, J. (2016a) "The consequences of Brexit for UK trade and living standards." (Online) *Centre for Economic Performance (CEP)*, London School of Economics and Political Science (LSE). Disponível em: <<http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit02.pdf>> (acesso em 23 ago. 2016).

_____. (2016b). "The impact of Brexit on foreign investment in the UK." (Online) *Centre for Economic Performance (CEP)*, London School of Economics and Political Science (LSE). Disponível em: <<http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit03.pdf>> (acesso em 23 ago. 2016).

DUROSELLE, J. (2000). *Todo Império Percecerá. Teoria das Relações Internacionais*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

EUROBARÓMETRO DEL PARLAMENTO EUROPEO (2013). "A Un Año de las Elecciones Europeas de 2014". (Online) Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/es/20150201PVL00058/Un-a%C3%B1o-para-las-elecciones-europeas-de-2014>> (acesso em 08 ago. 2016).

FAWCETT, L. (2008). *Regionalism in World Politics. Past and Present*. In: Kostler, A., Zimmek, M. (eds). (2008) *Elements of Regional Integration*. Baden-Baden, Nomos, pp.1-14.

GIFFORD, C. (2008). *The Making of Eurosceptic Britain: Identity and Economy in a Post-Imperial State*. Aldershot, Ashgate.

HARVEY, D. and HUBBARD, C. (2016). "Why Brexit?" (Online) *Centre for Rural Economy Discussion Paper Series No. 35*, Newcastle University. Disponível em: <<http://www.ncl.ac.uk/media/wwwnclacuk/centreforruraleconomy/files/discussion-paper-35.pdf>> (acesso 03 ago. 2016).

HM Government (2016), *HM Treasury analysis: the long-term economic impact of EU membership and the alternatives*. (Online) Disponível em: <

https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/517415/treasury_analysis_economic_impact_of_eu_membership_web.pdf (acesso em 23 ago. 2016).

KALECKI, M. (1954). *Theory of Economic Dynamics*. 2 ed, Londres, Allen & Unwin.

KENNEDY, P. (1989). *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Campus.

KEYNES, J. M. (2009 [1936]). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 1 ed., 14 reimpr. São Paulo, Atlas.

KRIEGER, J. (2009). *The Making of the Modern British State*. Chapter 1. In: KESSELMAN, M. and KRIEGER, J. (2009). *European Politics in Transition*. Boston/Ney York, Houghton Mifflin Company.

KRUHMALOVA, I. (2014). "Analysis of British relations with the European Union during the last four decades: Is Britain becoming increasingly eurosceptic? Will Britain pull out of the European Union eventually?" *Západočeská univerzita v Plzni (University of West Bohemia), República Tcheca*. Disponível em: <<https://otik.uk.zcu.cz/bitstream/handle/11025/12804/Kruhmalova.pdf?sequence=1>> (acesso em 08 ago. 2016).

LESSA, A. C. (2011). *História das Relações Internacionais I: a Pax Britannica e o mundo do século XIX*. 4º Ed., Petrópolis, Editora Vozes.

LYNCH, P. (2011). *The Con-Lib Agenda for Europe*. In: LEE, S. and BEECH, M. (eds.) (2011). *The Cameron-Clegg Government: Coalition Politics in an Age of Austerity*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, pp. 218-233.

MERLE, M. (1981). *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

OECD (2016). *The Economic Consequences of Brexit: A Taxing Decision (Online)*, OECD Economic Policy Paper, N. 16. Disponível em: <<https://www.oecd.org/eco/The-Economic-consequences-of-Brexit-27-april-2016.pdf>> (acesso em 13 ago. 2016).

OTTAVIANO, G., PESSOA, J.P., SAMPSON, T. and VAN REENEN, J. (2014) "Brexit or Fix it? The Trade and Welfare Effects of Leaving the European Union". (Online) CEP Policy Analysis, London School of Economics and Political Science (LSE). Disponível em: <<http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/pao16.pdf>> (acesso em 23 ago. 2016).

PALMER, J. (2014). *O Reino Unido vai sair da União Europeia?* In: *Temas de uma agenda estratégica entre Brasil e União Europeia*, Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Foundation, p.279-295 (Série Relações Brasil-Europa 3).

Parlamento Europeu (2017), *Tratado de Lisboa Versão Consolidada*. (Online) Parlamento Europeu, Bruxelas. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf> (acesso em 17 mar. 2017).

PFETSCH, F. R. (2001). *A União Europeia*. Brasília, UnB.

PWC (2016), *Leaving the EU: Implications for the UK economy*. (Online) PricewaterhouseCoopers (PwC) report commissioned by The Confederation of British Industry (CBI). Disponível em: <<https://www.pwc.co.uk/economic-services/assets/leaving-the-eu-implications-for-the-uk-economy.pdf>> (acesso em 23 ago. 2016).

ROSE, R. (2010). *Politics in Britain*. In: ALMOND, G., DALTON, R., POWELL Jr, G. B. and STROM, K. (2010) *European Politics Today*. New York, Longman.

SION, M. (2004). *The Politics of Opt-Out in the European Union: Voluntary or Involuntary Defection?* In: *Thinking Together. Proceedings of the IWM Junior Fellows' Conference, Winter 2003*, ed. Cashin, A. and Jirsa, J., Vienna: IWM Junior Visiting Fellows' Conferences, Vol. 16. Disponível em: < <http://www.iwm.at/wp-content/uploads/jc-16-07.pdf>> (acesso em 08 ago. 2016).

THE ECONOMIST, 10 abr. 2014. "The benefits of Brentry - Eurosceptics may be hugely underestimating the value of membership of the European Union." (Online) Disponível em: < <http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21600731-eurosceptics-may-be-hugely-underestimating-value-membership-european>> (acesso em 23 ago. 2016).

TRAVERS, T. (2016). "Implications of a Brexit for UK National Governance and Local Government - Report of the hearing held on 13th April, 2016". (Online) LSE Commission on the Future of Britain in Europe. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/LSE-Commission/Hearing-9---Implications-of-a-Brexit-for-UK-National-Governance-Local-Government-REPORT.pdf>> (acesso em 13 ago. 2016).

WADSWORTH, J., DHINGRA, S., OTTAVIANO, G. and VAN REENEN, J. (2016) "Brexit and the Impact of Immigration on the UK". (Online) Centre for Economic Performance (CEP), London School of Economics and Political Science (LSE). Disponível em: <<http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit05.pdf>> (acesso em 23 ago. 2016).